

FHC nega aviação embarcada à Marinha

Presidente decidiu que primeiro é necessário que a FAB recupere parte de seu antigo poderio

ZENAIDE AZEREDO

Instado a posicionar-se sobre a delicada e polêmica questão da aviação embarcada, o presidente Fernando Henrique Cardoso conseguiu contornar a crise que se avizinhava entre Marinha e Aeronáutica. Ele pediu ao ministro da Marinha, almirante Mauro César Pereira, um pouco de paciência diante das dificuldades enfrentadas pela Aeronáutica, que atualmente detém o monopólio da aviação de asa fixa e poucos recursos para se modernizar e equipar.

Mesmo sem condições de investir na compra de novos aviões para operar no navio Minas Gerais - da Marinha - o Alto Comando da Aeronáutica deu parecer negativo às pretensões de seus companheiros do mar. Assim, contra os argumentos do Alto Comando da Armada, que dizia ter pilotos treinados, recursos e vontade política de ter aviões para o Minas Gerais, a FAB chamou a atenção para sua penúria. Como é que um país pobre como o Brasil, que luta pelo social, pode se dar ao luxo de ter duas aviações militares, se mal consegue manter a da Aeronáutica?

Assim, com base nesses argumentos

e antes de autorizar a Marinha a comprar aviões A-4 Skyhawk para voar no Minas Gerais, mudando uma lei de 1964, o Presidente quer que a FAB recupere parte de seu antigo poderio em meios aéreos. Mesmo sem ter o Presidente fixado um prazo, segundo um oficial, a Marinha acabou cedendo e aceitando as ponderações de Fernando Henrique.

Castello - O que o Presidente tinha em mãos, realmente, era uma verdadeira bomba de efeito retardado. Afinal, a briga pela aviação embarcada, ou seja aquela que opera no porta-aviões Minas Gerais, quase termina em conflito entre a Aeronáutica e a Marinha, em 1964, obrigando o primeiro presidente-militar do período - general Castello Branco - a baixar um decreto-lei conferindo à FAB o direito de apenas ela pilotar aviões. Exército e Marinha poderiam ter, como acontece atualmente, apenas helicópteros.

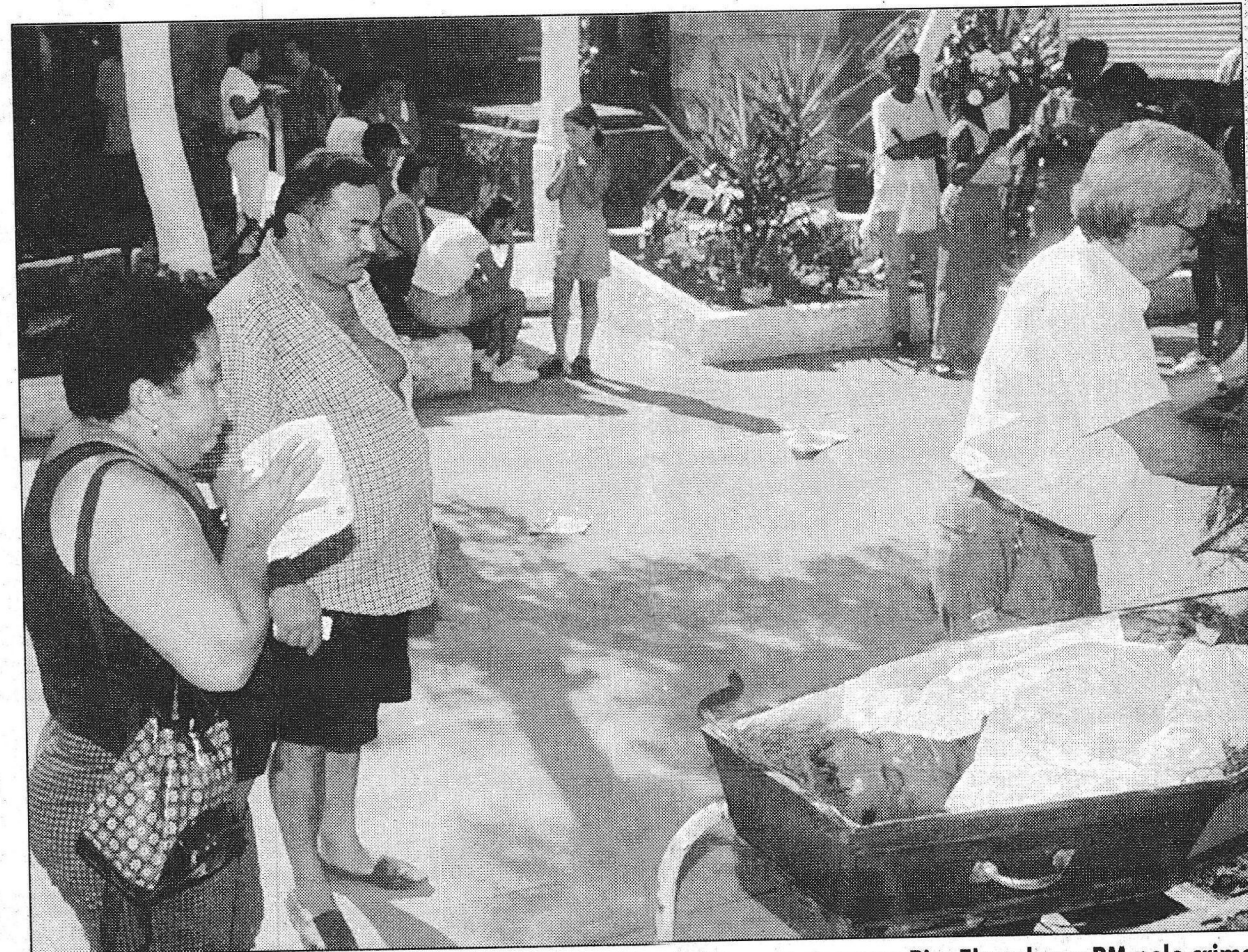
E assim as duas Forças conviveram, nessas três últimas décadas. Apenas pilotos da Aeronáutica operaram os aviões Grumman P-16 Tracker que se exercitavam sobre o porta-aviões da Marinha.

Só que, desde o início do ano passado, sabendo que o tempo de vida útil dos P-16 chegava ao fim, a Marinha desen-

volveu um profundo estudo e um lobby de Primeiro Mundo para acabar com o monopólio da Aeronáutica, mesmo porque o Brasil é um dos poucos países em que Marinha, Exército ou Polícia não possuem aviões de asa fixa, argumentavam.

Junto à Presidência, no Congresso ou na imprensa foi grande a carga da Marinha na defesa da mudança da lei de Castello Branco. De posse dos dois documentos em sua mesa, FHC acabou adotando a mais tucana das posições. Pediu tempo à Marinha para que a FAB se recupere. Mesmo porque, se tivesse dinheiro de sobra, a Aeronáutica diz que poderia repotencializar os P-16 a um custo menor que o de compra de novos aviões. Mas como tem outras prioridades, a aviação embarcada foi ficando em segundo plano.

A decisão do presidente FHC aconteceu antes da Rede Globo desencadear uma série de denúncias sobre contrabando em navios de guerra. Razão pela qual, segundo um oficial, é completamente infundada a suposição de que a Aeronáutica tenha contribuído para fomentar as denúncias contra a Marinha, por receio de perder o monopólio sobre os aviões.



Cremilda Pereira, mulher do pedreiro Severino, acompanha seu enterro no Rio. Ela culpa a PM pelo crime